



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

HYARA PEREIRA CUMARÚ

**DEPRECIÇÃO DO IMOBILIZADO NAS EMPRESAS LISTADAS NOS
DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BM&FBOVESPA**

Brasília – DF

2015

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

HYARA PEREIRA CUMARÚ

**DEPRECIAÇÃO DO IMOBILIZADO NAS EMPRESAS LISTADAS NOS
DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BM&FBOVESPA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Universidade de
Brasília, como requisito para conclusão do curso
de bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof^a. MSc. Francisca Aparecida
de Souza

Linha de pesquisa: Contabilidade e Mercado
Financeiro

Área: Contabilidade Financeira

Brasília, DF

2015

CUMARÚ, Hyara Pereira.

Depreciação do imobilizado nas empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

Hyara Pereira Cumarú; Orientação: Francisca Aparecida de Sousa – Brasília, Universidade de Brasília, 2015, 47. p.

Orientador (a): Profa. MSc. Francisca Aparecida de Souza.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia) – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

Bibliografia.

1. Depreciação acumulada.
2. Taxa de depreciação.
3. Vida útil do ativo.
4. Tabela de depreciação.
5. Governança Corporativa.

“Se não puder vencer pelo talento, vença pelo esforço.”

Dane Weinbaum

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse, e por ter me dado forças e coragem para vencer mais uma etapa.

Aos meus pais, Pantalion e Vânia, pelo incentivo, carinho e amor que me deram na vida pessoal e acadêmica. Às minhas irmãs, Hyuna e Luiza, pelo apoio e ajuda.

Ao meu namorado, Henrique, que de forma especial e carinhosa me deu forças e me apoiou nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Professora Francisca Aparecida, pela dedicação, paciência e orientações na construção e finalização desse trabalho.

A todos meus colegas de curso, em especial, Evelyn, Layla e Hudson, pelo companheirismo, motivação, e pela amizade de todos esses anos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

Segundo o CPC 27 o valor da depreciação de um bem deve ser calculado de forma sistemática com base na vida útil estimada do ativo. O presente estudo tem como objetivo verificar se existem diferenças significativas nas quantidades de empresas que estimam a vida útil do ativo, segundo o CPC 27, das empresas que aderem à taxa de depreciação segundo a Receita Federal do Brasil, tais empresas estão listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, no período de 2014. Para tanto, foi analisada as taxas de depreciação dos imobilizados mais frequentes de uma entidade. A amostra é composta por 97 empresas que englobam os níveis 1, 2 e Novo Mercado. Foi utilizado o teste estatístico qui-quadrado e os resultados evidenciaram que não há significância estatística entre os diferentes níveis de governança e os imobilizados, com exceção do Imobilizado veículos. A pesquisa busca contribuir com o conhecimento sobre a aderência à estimativa da depreciação de acordo com a vida útil do imobilizado em empresas do mercado de capitais que encontram-se nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

Palavras-chave: Depreciação acumulada. Taxa de depreciação. CPC 27. Governança Corporativa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Justificativa da pesquisa	11
1.2 Problema.....	11
1.3.1 Objetivos Específicos	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Imobilizado.....	13
2.1.1 Vida útil do imobilizado	14
2.2 Depreciação	14
2.2.1 Taxas de depreciação definidas pela Receita Federal do Brasil	16
2.2.2 Métodos de depreciação	17
2.3. Governança Corporativa.....	18
3 METODOLOGIA	21
4.RESULTADOS.....	23
4.1 Edifícios.	23
4.2 Máquinas e Equipamentos	24
4.3 Instalações.....	26
4.4 Móveis e Utensílios.....	27
4.5 Veículos	28
4.6 CONCLUSÃO.....	31
4.7 Setores.....	32
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES	40
Apêndice 1 - Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 1.	401
Apêndice 2 - Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 2.	402
Apêndice 3 - Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 3.	403
Apêndice 4 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Edifícios por setor.	405
Apêndice 5 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Móveis e Utensílios por setor.....	405
Apêndice 6 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Instalações por setor.	406

Apêndice 7 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Máquinas e Equipamentos por setor.	406
Apêndice 8 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Veículos por setor.	407

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira avançou na convergência às normas internacionais de contabilidade a partir de 2007. O *International Accounting Standards Board* (IASB) é o organismo de referência que publica e atualiza as normas internacionais da contabilidade. Que teve como precursor o *International Accounting Standards Committee* (IASC). Segundo Matos *et al.* (2013, p. 88), “[...] o processo normativo do IASB busca diminuir as diferenças existentes globalmente, trazendo um conjunto de normas baseadas no arcabouço teórico da contabilidade e que possam ser aplicadas de forma geral[...]”.

De acordo com Carvalho e Lemes (2004) a harmonização das práticas contábeis conquistou espaço, com a Bovespa, que além de exigir que as empresas cumprissem diversos regulamentos, passou a exigir das companhias listadas no novo mercado e no nível 2 apresentem as demonstrações contábeis, de acordo com o modelo internacional, consoante ao IAS/IFRS do IASB.

Para Telles (2013), a contabilidade brasileira era fundamentada em regulamentos e bastante influenciada pelo fisco, é possível observar essa influência na determinação de taxas de depreciação indicada pela Receita Federal do Brasil (RFB), com a adoção do IASB houve a perspectiva dessa vinculação, porém as normas internacionais não têm sido empregadas com veemência.

Segundo a legislação societária (BRASIL, 1976; 2007; 2009), periodicamente as empresas devem analisar a recuperação dos valores do imobilizado com o intuito de revisar e ajustar a contabilidade conforme as normas, para estimar a vida útil e a depreciação do ativo imobilizado. Além disso, as alterações na legislação societária modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, ou seja, os métodos e critérios contábeis existentes em 31 de dezembro de 2007, não tiveram mais efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao Regime tributário de transição (RTT), devendo apenas serem considerados para fins tributários. Diante dessas alterações, as taxas de depreciação indicadas pelo fisco somente podem ser utilizadas para fins tributários.

Entretanto, segundo Iudícibus *et al* (2010, p.48) o critério a ser adotado contabilmente para se definir a taxa de depreciação dos ativos é:

...não se deve simplesmente aceitar e adotar as taxas de depreciação fixadas como máximas pela legislação fiscal, ou seja, deve-se fazer uma análise

critérios dos bens da empresa que formam seu Imobilizado e estimar sua vida útil econômica e seu valor residual, considerando suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que podem influenciar em sua vida útil.

1.1 Justificativa da pesquisa

A pesquisa realizada por Evangelista (2010) mostra que, anterior as mudanças realizadas na legislação societária, e pelos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as empresas utilizavam as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal para definir a vida útil do bem.

De acordo com o CPC 27 (2009) a vida útil do imobilizado é definida em termos de benefícios esperados do bem. E a estimativa da vida útil do imobilizado é realizada de acordo com a avaliação da empresa, de acordo com suas experiências. Portanto, é relevante abordar o tema depreciação, assim como verificar empiricamente o que as empresas têm adotado em seus ativos imobilizados.

Desse modo, a presente pesquisa se justifica por contribuir a revelar a prática contábil adotada pelas empresas dos níveis 1, 2 e novo mercado de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

1.2 Problema

De acordo com a Interpretação Técnica- ICPC 10 (CPC 27, 2009), a utilização da tabela de depreciação emitida pela Receita Federal pode ter demonstrado aproximação e veracidade do ativo em algumas situações, entretanto, o que mais tem ocorrido são distanciamentos da realidade do bem.

Diante do exposto, a questão problema que orienta a presente pesquisa é: há diferença estatisticamente significativa entre a quantidade das empresas listadas nos níveis 1, 2 e novo mercado da BM&FBOVESPA que estimam a taxa de depreciação segundo o CPC 27 e aquelas que ainda utilizam a tabela do fisco?

1.3 Objetivo

O objetivo geral desse estudo é verificar se há diferença estatisticamente significativa entre as empresas listadas nos níveis 1, 2 e novo mercado da BM&FBOVESPA que estimam a taxa de depreciação segundo o CPC 27 e aqueles que ainda utilizam a tabela do fisco.

1.3.1 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as empresas que fazem parte dos níveis 1, 2 e novo mercado de governança corporativa, e separá-las por setor de atuação;
- Identificar nas notas explicativas, as taxas de depreciação utilizadas pelas empresas;
- Identificar quais são as empresas que estimam seu imobilizado segundo o CPC 27 e quais utilizam a taxa de depreciação segundo o fisco;

O primeiro pressuposto assumido na pesquisa é que não há diferença estatisticamente significativa na quantidade de empresas que estima a depreciação de seus imobilizados segundo orienta o CPC 27 e as companhias que ainda utilizam a tabela determinada pela RFB. O segundo pressuposto é que no novo mercado está a maior proporção de empresas que estima a depreciação segundo orienta o CPC 27.

Além desta, o trabalho é composto de cinco partes. Na seguinte, apresenta-se o referencial teórico, onde são abordados os principais conceitos sobre imobilizado, vida útil do ativo, depreciação acumulada, depreciação acelerada e governança corporativa. Na terceira parte, será descrita a metodologia utilizada. Na quarta, os resultados da pesquisa. Na quinta, as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

A próxima seção aborda os conceitos que serão utilizados no estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Imobilizado

Para Francischini e Gurgel (2004, p. 285) “entende-se como ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é normalmente mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços. ”

O ativo imobilizado, segundo Muller (2007) são os bens e direitos atribuídos a atividade operacional da entidade. São inseridos no ativo imobilizado, que possuem existência física, e os que não possuem existência física e são representados por direitos. Alguns bens possuem peculiaridades e são incluídos no Imobilizado, como os bens em construção ou em fase de aquisição, ambos com a finalidade de manutenção da atividade da empresa, àqueles que não possuem essa finalidade são classificados no ativo permanente, especificamente na conta de investimento.

Já Costa (2002, p.190) define o ativo imobilizado “[...] bens adquiridos com o objetivo de manter a finalidade da empresa. São bens, com vida útil igual ou superior a um ano, e não estão destinados a venda”.

De acordo com a legislação societária (BRASIL, 1976) todos os componentes do imobilizado devem ser registrados pelo custo de aquisição e deduzidos pela quota de depreciação, amortização ou exaustão. O custo de aquisição são todos os gastos realizados na obtenção do ativo. No caso de compra, o custo será o preço de aquisição com o acréscimo da despesa de instalação. E no caso da fase de imobilização, o custo será a aquisição de materiais para as obras, incluindo o acréscimo das despesas de mão de obra demandadas na construção. O Regulamento ainda esclarece que os gastos em reparos ou reformas realizadas para favorecer o seguimento de utilidade do ativo devem ser inseridos no custo somente se estiverem relacionados ao aumento da produtividade e a efetividade da vida útil econômica do bem. Caso contrário, devem ser registrados em despesa de manutenção.

Segundo Almeida (2015) os ativos imobilizados sofrem desgastes mesmo estando estagnados ou obsoletos, por isso é necessário estimar a depreciação. A desvalorização de um ativo imobilizado depende da expectativa do uso do bem, levando em conta, o valor da aquisição já incluindo todos os custos e gastos, a vida útil do ativo e o valor residual.

2.1.1 Vida útil do imobilizado

De acordo com Almeida, (2015), a vida útil é o tempo que a empresa presumi consumir de um ativo. É o período de expectativa quanto a disponibilidade de uso das empresas a partir de unidades de produção ou similares.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (CPC 27, 2009), a definição da vida útil é o prazo que a entidade pretende utilizar o ativo ou a quantidade que o ativo irá gerar na produção, ou seja, é o prazo em que o bem apresenta capacidade de produzir. Todo ativo imobilizado possui uma vida útil que deve ser estimada pela entidade. Cada bem é consumido e utilizado de forma peculiar, sendo assim cada ativo possui determinada vida econômica útil e a estimativa é baseada no conhecimento e experiência das entidades em ativos semelhantes. Os ganhos futuros de uma entidade a partir do ativo imobilizado se dão em decorrência da sua utilização. Alguns fatores afetam negativamente o ativo e consequentemente os benefícios futuros diminuem.

No item 56 do CPC 27, é relacionado os fatores que determinam a vida útil do bem, que são:

- (a) uso esperado do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;
- (b) desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- (c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo;
- (d) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento mercantil relativos ao ativo.

Segundo Esteves (2013) a Lei 11.638/07, pronunciamentos contábeis e regulamentos cada vez mais conduzem as auditorias a requisitar que as entidades apresentem a vida útil total do ativo imobilizado, assim como seus respectivos valores residuais.

2.2 Depreciação

De acordo com Dornelles (2011), os bens que fazem parte dos itens imobilizados, sendo tangíveis, estão sujeitos a um consumo físico, devido a várias situações de desvalorização. Essa perda ou baixa da propriedade física é denominada de depreciação.

Segundo Silva *et al.* (2014) a depreciação é a distribuição de forma ordenada da quota de desvalorização no decorrer da vida útil de um bem. Dessa forma a depreciação de um ativo é o registro da perda do valor de capital em decorrência de diferentes fatores, como o desgaste natural, o desgaste de uso, a obsolescência ou a perda. A depreciação é usualmente reconhecida no resultado como despesa, entretanto, alguns ativos são incorporados na produção, sendo assim, reconhecidos como custo. Nesse contexto Assaf Netto (1999) apresenta que a depreciação é estipulada em detrimento da sua utilização e em detrimento da sua natureza, generalizado para todas as empresas.

De acordo com o art. 305 do Regulamento do Imposto de Renda (BRASIL, 1999), o valor depreciado deve ser registrado a partir da disponibilidade do uso, a partir do momento em que esteja em condições de funcionando, não sendo admitido exceder o custo de aquisição do bem. Os elementos do ativo considerados insignificantes ou obsoletos que não foram depreciados e estejam submetidos a essa ação serão automaticamente deduzidos do ativo imobilizado. A depreciação somente é permitida a bens móveis e imóveis envolvidos na comercialização e na produção.

Segundo o art. 307 do Regulamento do Imposto de Renda (BRASIL, 1999) não será admitido a depreciação em:

- I - Terrenos, salvo em relação aos melhoramentos ou construções;
 - II - prédios ou construções não alugados nem utilizados pelo proprietário na produção dos seus rendimentos ou destinados a revenda;
 - III - bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades;
 - IV - bens para os quais seja registrada quota de exaustão.
- Fonte: Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, §§ 10 e 13

Segundo, Assaf Netto (1990), a desvalorização do imobilizado tangível deve cessar no momento em que for classificado como venda. A desvalorização só é finalizada quando o bem for totalmente depreciado e possui diferentes aspectos no registro do imobilizado, tais aspectos podem ser definidos como:

(a) O aspecto técnico é utilizado a partir de métodos de depreciação em que é calculado o valor residual da vida útil do bem.

(b) O aspecto contábil possui a finalidade de realizar de forma precisa o registro do custo, o lucro e o registro contábil do imobilizado. A desvalorização é realizada a partir de uma taxa anual que varia de acordo com o método adotado, não é aceitável que a depreciação seja menor que o consumo do bem.

(c) O aspecto financeiro possui o objetivo de demonstrar que a depreciação pode ser uma fonte de capital para a entidade. Com a venda dos itens do imobilizado a depreciação será o retorno aos investimentos realizados pelos bens fixos.

(d) O aspecto legal define que a depreciação é obrigatória para os bens tangíveis com exceção de alguns itens do imobilizado já citados anteriormente. Ao final de cada período financeiro a depreciação acumulada é deduzida do ativo, sendo registrada como custo no resultado. Levando-se em conta o princípio da independência de exercícios, em que é vedado o registro de depreciação em exercícios seguintes.

(e) O aspecto fiscal estipula que a desvalorização pode ser classificada como custo operacional e o montante da depreciação como despesa dedutível do lucro tributário, sendo inadmissível que o cálculo da quota de depreciação que não estiver integrado ao período inicial do uso ou que for superior ao valor da aquisição.

2.2.1 Taxas de depreciação definidas pela Receita Federal do Brasil

Da Luz (2015) define que a taxa de depreciação é delimitada a partir do tempo esperado da vida útil do ativo, considerando que o montante dos bens em despesas esteja em simetria com a perda do bem e a despesa estimada. A maior parte das empresas utiliza taxas máximas de depreciação definidas pela Secretaria da Receita Federal (RFB,1988).

Conforme Freire *et al.* (2012) as entidades que utilizam o Lucro Real para apuração do IRPJ e a CSSL devem utilizar os percentuais fixados pelo Fisco em virtude às limitações existentes na dedução das despesas de depreciação que o próprio fisco estipula. As taxas normalmente delimitadas para bens em turno de oito horas diárias são:

Tabela 1 - Taxas anuais de depreciação admitidas pelo Fisco.

Imobilizado	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Edifícios	4%	25
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5

Fonte: Adaptado de Iudícibus et. al. (2010)

Cabe destacar que as empresas devem utilizar as taxas definidas pela SRF apenas para efeito do cálculo da depreciação para apuração do imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social. A legislação do imposto sobre a renda trata do tempo de vida útil

permitida para cada ativo de acordo com as condições de uso. No caso de a taxa de depreciação estabelecida pela pessoa jurídica divergir nos percentuais toleráveis fixados ou não pela SRF, o contribuinte possui o direito de fixar os percentuais conforme a necessidade do seu bem, desde que seja atestada tal mudança quando a taxa for maior que a admitida, por meio do laudo do Instituto de Tecnologia ou outro órgão de mesma competência (BRASIL, 1999).

2.2.2 Métodos de depreciação

Para Damodaran (2011) os métodos de depreciação podem ser relacionados a valor constante, a perda do montante do ativo é pressuposta em cada ano ao longo da vida útil, ou de forma acelerada, em que a perda do montante é maior nos primeiros anos e menor nos últimos anos.

Segundo o Iudícibus *et al.* (2010) existem diversos métodos de desvalorização para calcular a depreciação do ativo. O método utilizado deve contemplar os benefícios econômicos futuros da entidade, e revisado em cada exercício. Os métodos comumente utilizados pelas empresas são:

(a) Método das Quotas Constantes: consiste em dividir o valor desvalorizado pelo tempo de vida útil do imobilizado. A depreciação será o valor do custo subtraído pelo valor residual, e dividido pela vida útil.

(b) Método da Soma dos Dígitos dos anos: consiste em somar todos os algarismos a partir do primeiro número até o algarismo que representa todos os anos da vida útil do bem. O denominador é a soma dos algarismos e o numerador é o primeiro ano e assim é feito com todos os anos. .

(c) Método de Unidades Produzidas: consiste na produção esperada do imobilizado ou as horas de uso do bem no período. A quota anual é o número de unidades produzidas dividido pelo de unidades estimadas do período.

(d) Método de Horas de Trabalho: consiste em estimar o número de horas de trabalho durante a vida útil do bem. A taxa de depreciação obtida é o número de horas de trabalho dividido pelo número de horas de trabalho estimada.

Segundo Rogers (2011, p.89) :

Os métodos mais comuns são o de depreciação linear (isto é, uma porcentagem igual a do custo de aquisição do ativo é lançada a cada ano, para um numero predeterminado de anos de vida útil) e depreciação acelerada, isto é, a depreciação por declínio em dobro ou pelo método das

somas dos dígitos do ano, que identifica uma porcentagem maior nos anos iniciais.

Para Guimarães (2008) o método linear é o mais utilizado pelas entidades, devido a eficácia e simplicidade do método, além de ser legalmente aprovado pelo fisco e utilizado para o cálculo da despesa mensal de depreciação.

As 97 empresas utilizadas na pesquisa empregam o método de depreciação linear, exceto as entidades que não citaram em suas respectivas Notas Explicativas.

2.3. Governança Corporativa

Segundo Tonnera (2013 p.9) “A governança tem na sua base conceitual a preocupação de tornar a empresa transparente, sustentável e profissional ao extremo. Através da implantação dos conceitos de governança corporativa, a organização passará a viver um novo momento dentro do mercado em que atua”.

Em 2000, a Bovespa criou um cenário para as todos os tipos de organizações, que se baseia em um conjunto de regras, regulamentos e práticas a fim de contribuir para o melhor desenvolvimento das empresas que participam do mercado de capitais. De acordo com os perfis das entidades foi elaborado diferentes níveis de governança, como o Novo Mercado, o Nível 2 e Nível 1. As empresas que aderirem à governança corporativa em qualquer nível estão sujeitas a cumprir os compromissos e diretrizes estabelecidas pela Bovespa. Os níveis são diferenciados de acordo com a distinção das normas praticadas, seguindo uma superioridade do nível 1 ao novo mercado, ou seja, as normas do novo mercado são mais rígidas que o nível 2, e esse nível possui normas mais rígidas que o nível 1 (ROGES, SECURATO e RIBEIRO, 2008).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) lançou em 2009 a 4ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa com o intuito de fortificar as práticas, conciliar as mudanças do cenário organizacional no Brasil e adequar às novas necessidades do mercado. O código possui um foco central em organizações empresariais, utilizando a palavra organização para que todos os empreendimentos estejam incluídos. Dessa forma o código foi estendido em todas as áreas e setores, tornando-se mais completo e efetivo. As normas de Governança Corporativa são convertidas em princípios com o objetivo de facilitar e orientar as organizações. Os princípios básicos são (IBGC, 2009):

- (a) Transparência: [...] desejo de disponibilizar as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos.
- (b) Equidade: caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.
- (c) Prestação de Contas: os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.
- (d) Responsabilidade Corporativa: os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Segundo a BM&FBOVESPA (2011), os níveis da Governança são estabelecidos de acordo com o estágio de comprometimento admitido pelas empresas, cada categoria está sujeita a regras rigorosas e exigências, que consequentemente atrai muitos investidores (Quadro 1).

Quadro 1 : Comparativo dos segmentos de listagem

Segmentos de listagem	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1
Características das ações emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)	No mínimo 25% de free float		
Distribuições públicas de ações	Esforços de dispersão acionária		
Vedação a disposições estatutárias	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos
Vedação à acumulação de cargos	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)		
Obrigações do Conselho de Administração	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia		Não há regra
Demonstrações Financeiras	Traduzidas para o inglês		Conforme legislação
Reunião pública anual	Obrigatória		
Calendário de eventos corporativos	Obrigatória		
Divulgação adicional de informações	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta		
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída o segmento.		Conforme legislação
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório		Facultativo

Fonte: adaptado da BM&FBOVESPA (2011)

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica tem início a partir da definição de um problema, e em seguida a solução para esse problema. O presente estudo quanto ao objetivo é descritivo e exploratório. É descritivo, pois há descrições das particularidades da pesquisa, assim como observou-se os fatos, registrando-os, analisando-os, classificando-os e interpretando-os. (GIL, 2002).

Quanto ao procedimento, o estudo é bibliográfico e documental (Gil, 2002). A pesquisa é bibliográfica documental, pois foi elaborada por materiais já produzidos e publicados, foram consultados, livros, artigos, monografias, leis, sites oficiais como; BM&FBOVESPA, COSIF, Receita Federal, Banco Central do Brasil, Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade. Os dados foram coletados do site BM&FBOVESPA, na seção empresas listadas. Os três níveis de governança corporativa totalizavam 180 empresas, contudo, foram pesquisadas 97 empresas no ano 2014, pois não foram todas as empresas que apresentaram a taxa de depreciação em todos os imobilizados definidos para a pesquisa. As taxas de depreciação foram coletadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis de 2014 de cada empresa da amostra. As 97 empresas da amostra estão classificadas por nível de governança corporativa na tabela 2.

Tabela 2: Amostra por nível de Governança Corporativa

Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total da Amostra
20	13	64	97

Fonte: Elaboração Própria.

Além disso, a amostra foi segregada por setor de atuação (TABELA 3).

Tabela 3: Amostra de acordo com os Setores de Atuação

Setor de atuação	Quantidade
Bens Industriais	9
Construção e Transporte	17
Consumo Cíclico	12
Consumo não cíclico	16
Financeiros e Outros	21
Materiais Básicos	10
Tecnologia da Informação	2
Utilidade Pública	10
Total da Amostra	97

Fonte: Elaboração Própria.

Os imobilizados selecionados para pesquisa foram àqueles considerados mais usuais nas entidades coletadas, que também são os ativos frequentes de acordo com a tabela de taxas da Receita Federal do Brasil, que são: edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, móveis e utensílios, e veículos.

Com relação à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa, pois os dados são analisados e examinados a partir de informações quantificáveis, ou seja, é realizada a interpretação da pesquisa a partir de números coletados. Além da utilização de mecanismos estatísticos no tratamento dos dados. (SILVA; MENEZES, 2005). Segundo Raupp e Beuren (2006, p.93) a pesquisa quantitativa é importante, devido à exatidão dos resultados possibilitando menores distorções e maiores seguranças na inferência.

As empresas que estão nos níveis 1, 2 e novo mercado de governança corporativa da BM&FBOVESPA foram selecionadas de acordo com o pesquisador, por meio de julgamento ou de forma subjetiva. Dessa forma de acordo com Luna (1998) a amostragem é considerada não probabilística, pois a pesquisa é baseada em inferências e suposições.

Os dados foram submetidos ao método estatístico qui-quadrado, que consiste em uma medida de distância entre as frequências observadas e as frequências esperadas, sendo a frequência esperada o cálculo entre linhas e colunas, pressupondo que as variáveis são independentes. (BARBETTA, 2002)

Neste estudo admite-se como hipótese nula que a proporção da quantidade das empresas observadas (p_o) não é diferente da proporção esperada (p_e), e a hipótese alternativa é que a proporção da quantidade das empresas observadas (p_o) é diferente da proporção esperada (p_e):

$$\begin{aligned} H_0: p_o &= p_e \\ H_1: p_o &\neq p_e \end{aligned}$$

Essas hipóteses serão testadas por meio do teste qui-quadrado, com nível de significância igual a 0,05, ou seja, a hipótese nula (H_0) será rejeitada se o nível de significância dos resultados for menor que 0,05 (Sig. < 0,05) e não será rejeitada se for maior que 0,05 (Sig. > 0,05) (BRUNI, 2009).

4.RESULTADOS

Serão apresentados os resultados do teste estatístico do qui-quadrado. Na pesquisa foram coletadas 97 empresas, listadas em diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, na qual foram delimitadas para a pesquisa apenas o nível 1, nível 2 e novo mercado.

Após a coleta foram divididas as empresas que o utilizam a taxa de depreciação de acordo com o CPC 27 e as que aderem a taxa de depreciação de acordo com o fisco. A partir das frequências foi realizado o cálculo do qui-quadrado, com o nível de significância $p = \alpha = 0,05$.

4.1 Edifícios.

Da amostra de 97 empresas, a amostra do Imobilizado Edifícios é composta por 71 empresas do total dos 3 níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, são empresas que apresentaram em suas Notas Explicativas a taxa de depreciação de Edifícios (TABELA 4).

Tabela 4: Frequências e percentuais de empresas que adotam ou não o CPC 27

Orientação para o cálculo da depreciação	Edifícios			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	
Não adota o CPC 27	11(57,9%)	4(44,44 %)	16(37,2%)	31(43,7%)
Adota o CPC 27	8(42,1%)	5(55,56%)	27(62,8%)	40 (56,3%)
Total	19(100%)	9(100%)	43(100%)	71 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5: Cálculo do teste qui-quadrado.

Orientação para o cálculo da depreciação	Edifícios			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
Não adota o CPC 27	0,88 (56,41%)	0,012 (92,30%)	0,408 (56,83%)	1,3 (56,71%)
Adota o CPC 27	0,68 (43,59%)	0,001 (7,70%)	0,31 (43,17%)	0,991 (43,29%)
Total	1,56 (100%)	0,013 (100%)	0,718 (100%)	2,291 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 4 apresenta as frequências de empresas que adotam o CPC 27 e as instituições que utilizam as taxas determinadas pela RFB na depreciação de edifícios, segregados por nível de governança corporativa. No nível 1 está a maior proporção de empresas que não adota o CPC (57,9%), e o novo mercado é o nível que mais o aderiu (62,8%).

No nível 1, o valor do teste $\chi^2 = 1,56$, e o valor p está entre 0,25 e 0,10, com o nível de significância maior que 0,05 ($\alpha = 5\%$), sendo assim, não é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, não há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

No nível 2 não foi possível realizar o teste estatístico, pois não é recomendado a aplicação do teste qui-quadrado quando houver frequências esperadas menores que 5 (BRUNI, 2009). No novo mercado o valor do teste é $\chi^2 = 0,718$, ou seja, p é maior que 0,25, logo apresentou o nível de significância maior que 0,05, então não se rejeita hipótese nula, demonstrando que não há evidência de discrepância entre a proporção de empresas que utiliza o CPC 27 e as companhias que ainda utilizam as taxas determinadas pela RFB.

Logo, a tabela 5 apresenta que no nível 1 e novo mercado, é de 2,279, com o valor p está entre 0,25 e 0,10, sendo assim, não se rejeita a hipótese nula. O resultado evidencia que as diferenças entre as empresas que adotam o CPC 27 e as que não o adotam não é significativa, ou seja, as diferenças são devidas ao acaso. Com o valor de χ^2 pequeno pode-se concluir que as variáveis são independentes e que as frequências observadas se inclinam as frequências esperadas, ou seja, consideradas meramente casuais. (BARBETTA, 2012)

4.2 Máquinas e Equipamentos

Da amostra de 97 empresas, a amostra do Imobilizado Máquinas e Equipamentos é composta por 85 empresas dos 3 níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, são empresas que apresentaram em suas Notas Explicativas a taxa de depreciação de Máquinas e Equipamentos (TABELA 6).

Tabela 6: Frequências e percentuais de empresas que adotam ou não o CPC 27

Orientação para o cálculo da depreciação	Máquinas e Equipamentos			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	
Não adota o CPC 27	5(29,41%)	7 (63,7%)	27(47,3%)	39(45,89%)
Adota o CPC 27	12(70,59%)	4(36,3%)	30(52,7%)	46(54,11%)
Total	17(100%)	9(100%)	57(100%)	85 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 7: Cálculo do teste qui-quadrado.

Orientação para o cálculo da depreciação	Máquinas e Equipamentos			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
Não adota o CPC 27	1,00 (54,06%)	0,76 (54,29%)	0,02 (50%)	1,78 (54,10%)
Adota o CPC 27	0,85 (45,94%)	0,64 (45,71%)	0,02 (50%)	1,51 (45,90%)
Total	1,85 (100%)	1,4 (100%)	0,04 (100%)	3,29 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 6 apresenta as frequências de empresas que adotam o CPC 27 e as instituições que utilizam a taxas determinadas pela RFB na depreciação de Máquinas e Equipamentos, segregados por nível de governança corporativa. No nível 2 está a maior proporção de empresas que não adota o CPC (63,7%), e o nível 1, foi o que mais o aderiu (70,59%).

No nível 1, o valor do teste $\chi^2 = 1,85$, e o valor p está entre 0,25 e 0,10, com o nível de significância maior que 0,05 ($\alpha = 5\%$), sendo assim, não é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, não há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

No nível 2 o valor do teste $\chi^2 = 1,4$, o valor p está entre 0,25 e 0,10, com o nível de significância maior que 0,05, sendo assim, não é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, não há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

No novo mercado o valor do teste $\chi^2 = 0,04$, o valor p é maior que 0,25, com nível de significância maior que 0,05, sendo assim, não é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, não há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

Logo, a tabela 7 apresenta que os níveis 1 e 2 e o novo mercado, é 3,29, sendo assim, não se rejeita a hipótese nula. O resultado evidencia que as diferenças entre as empresas que adotam o CPC 27 e as que não o adotam não é significativa, ou seja, as diferenças são devidas ao acaso. Com o valor de χ^2 pequeno pode-se concluir que as variáveis são independentes e provavelmente casuais (BARBETTA, 2012)

4.3 Instalações

Da amostra de 97 empresas, a amostra do Imobilizado Instalações é composta por 61 empresas dos 3 níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, são empresas que apresentaram em suas Notas Explicativas a taxa de depreciação de Instalações. (TABELA 8).

Tabela 8: Frequências e percentuais de empresas que adotam ou não o CPC 27

Orientação para o cálculo da depreciação	Instalações			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	
Não adota o CPC 27	3(37,5%)	4 (57,2%)	31(67,4%)	38(62,30%)
Adota o CPC 27	5(62,5%)	3(32,8%)	15(32,6%)	23(37,70%)
Total	8(100%)	7(100%)	46(100%)	61 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9: Cálculo do teste qui-quadrado.

Orientação para o cálculo da depreciação	Instalações			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
Não adota o CPC 27	0,8 (37,92%)	0,028 (37,84%)	0,19 (38,00%)	1,01 (38,16%)
Adota o CPC 27	1,31 (62,08%)	0,046 (62,16%)	0,31 (62,00%)	1,66 (61,84%)
Total	2,11 (100%)	0,074 (100%)	0,5 (100%)	2,67 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 8 apresenta as frequências de empresas que adotam o CPC 27 e as instituições que utilizam a taxas determinadas pela RFB na depreciação de instalações, segregados por nível de governança corporativa. No novo mercado está a maior proporção de empresas que não adota o CPC (67,4%), e o nível 1 é o nível que mais o aderiu (62,8%)

Nos níveis 1 e 2 não foi possível realizar o teste estatístico, pois não é recomendado a aplicação do teste qui-quadrado quando houver frequências esperadas menores que 5 (BRUNI, 2009).

No novo mercado o valor do teste $\chi^2 = 0,5$, o valor p é maior que 0,25, com o nível de significância maior que 0,05, ($\alpha = 5\%$), sendo assim, não é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, não há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

4.4 Móveis e Utensílios

Da amostra de 97 empresas, a amostra do imobilizado Móveis e Utensílios é composta por 84 empresas dos 3 níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, são empresas que apresentaram em suas Notas Explicativas a taxa de depreciação do imobilizado Móveis e Utensílios, adotando o CPC 27 ou não (TABELA 10).

Tabela 10: Frequências e percentuais de empresas que adotam ou não o CPC 27

Orientação para o cálculo da depreciação	Móveis e Utensílios			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	
Não adota o CPC 27	7 (43,7%)	5 (50%)	42(72,4%)	54(64,3%)
Adota o CPC 27	9(56,3%)	5(50%)	16(27,6%)	30 (35,7%)
Total	16(100%)	10(100%)	58(100%)	84 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Tabela 11: Cálculo do teste qui-quadrado.

Orientação para o cálculo da depreciação	Móveis e Utensílios			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
Não adota o CPC 27	1,05 (32,66%)	0,028 (23,53%)	0,14 (17,5%)	1,21 (31,43%)
Adota o CPC 27	1,89 (67,34%)	0,091 (76,47%)	0,66 (82,5%)	2,64 (68,57%)
Total	2,94 (100%)	0,119 (100%)	0,8 (100%)	3,85 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 10 apresenta as frequências de empresas que adotam o CPC 27 e as instituições que utilizam a taxas determinadas pela RFB na depreciação de Móveis e Utensílios, segregados por nível de governança corporativa. No novo mercado está a maior proporção de empresas que não adota o CPC (72,4%), e o nível 1 é o nível que mais o aderiu (56,3%).

No nível 1, o valor do teste $\chi^2 = 2,94$, e o valor p está entre 0,10 e 0,05, com o nível de significância maior que 0,05 ($\alpha = 5\%$), sendo assim, não é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, não há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

No nível 2 não foi possível realizar o teste estatístico, pois, pois não é recomendado a aplicação do teste qui-quadrado quando houver frequências esperadas menores que 5 (BRUNI, 2009).

No novo mercado o valor do teste é $\chi^2 = 0,8$, ou seja, o valor p é maior 0,25, logo apresentou nível de significância maior que 0,05, então não se rejeita hipótese nula, demonstrando que não há evidencia de discrepância entre a proporção de empresas que utiliza o CPC 27 e as companhias que ainda utilizam as taxas determinadas pela RFB.

Logo, o nível 1 e o novo mercado, é 3,74, com o valor p entre 0,10 e 0,05, sendo assim, não se rejeita a hipótese nula. O resultado evidencia que as diferenças entre as empresas que adotam o CPC 27 e as que não o adotam não é significativa, ou seja, as diferenças são devidas ao acaso.

4.5 Veículos

Da amostra de 97 empresas, a amostra do Imobilizado Veículos é composta por 78 empresas dos 3 níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, são empresas que apresentaram em suas Notas Explicativas a taxa de depreciação de Veículos (TABELA 8).

Tabela 12: Frequências e percentuais de empresas que adotam ou não o CPC 27

Orientação para o cálculo da depreciação	Veículos			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	Freq.e Percentual	
Não adota o CPC 27	6 (35,3%)	6 (66,66%)	35(67,3%)	47(60,26%)
Adota o CPC 27	11(64,7%)	3(33,34%)	17(32,7%)	31(39,74%)
Total	17(100%)	9(100%)	52(100%)	78 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13: Cálculo do teste qui-quadrado.

Orientação para o cálculo da depreciação	Veículos			
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Total
Não adota o CPC 27	1,79 (40,14%)	0,059 (39,34%)	0,43 (39,45%)	2,27 (39,83%)
Adota o CPC 27	2,67 (59,86%)	0,091 (60,66%)	0,66 (60,55%)	3,43 (60,17%)
Total	4,46 (100%)	0,15 (100%)	1,09 (100%)	5,7 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 12 apresenta as frequências de empresas que adotam o CPC 27 e as instituições que utilizam a taxas determinadas pela RFB na depreciação de Veículos, segregados por nível de governança corporativa. No novo mercado está a maior proporção de empresas que não adota o CPC (67,3%), e o nível 1 é o nível que mais o aderiu (64,3%)

No nível 1 na Tabela 12, o valor do teste é $\chi^2 = 4,46$, sendo assim, o valor p está entre 0,05 e 0,025, com nível de significância menor que 0,05 ($\alpha = 5\%$), sendo assim, é possível rejeitar hipótese nula, ou seja, há diferença discrepante entre a proporção de empresas que adotam o CPC e aquelas que não o utilizam.

No nível 2 não foi possível realizar o teste estatístico, pois não é recomendado a aplicação do teste qui-quadrado quando houver frequências esperadas menores que 5 (BRUNI, 2009).

No novo mercado o valor do teste é $\chi^2 = 1,09$, ou seja, o valor p é maior que 0, 25, logo apresentou o nível de significância maior que 0,05, então não se rejeita hipótese nula.

Demonstrando que não há evidência de discrepância entre a proporção de empresas que utiliza o CPC 27 e as companhias que ainda utilizam as taxas determinadas pela RFB.

Logo, o nível 1 e novo mercado, é de 5,55, com o valor p entre 0,025 e 0,01, assim, o nível de significância menor que 0,05, sendo assim rejeita-se a hipótese nula. O resultado evidencia que as diferenças entre as empresas que adotam o CPC 27 e as que não o adotam é significativa, ou seja, as diferenças não são devidas ao acaso.

4.6 CONCLUSÃO

Foram investigadas 97 empresas, na análise incluindo todos os imobilizados escolhidos para a pesquisa; edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, móveis e utensílios e veículos, pode-se constatar que no nível 1 58,4% das empresas estimam a depreciação do imobilizado seguindo a orientação do CPC 27. Contudo, no nível 2, 57% das empresas ainda utilizam as taxas de depreciação determinadas pela RFB. No novo mercado cerca de 58,9% das companhias também não seguem o CPC 27. Este resultado contraria o segundo pressuposto que empresas do novo mercado teriam a maior proporção de empresas que estimam o imobilizado segundo orienta o CPC 27.

O novo mercado que segue mais regramentos é o nível que possui a maior quantidade de empresas que não adotam o CPC 27, ou seja, é o nível que menos aderiu à convergência das normas internacionais de contabilidade em se tratando de depreciação do imobilizado.

O resultado da pesquisa mostra cada imobilizado incluído em cada nível, dessa forma é possível observar que no item Edifícios 56,3% das empresas adotam o CPC 27, em Máquinas e Equipamentos 54,11% adotam o CPC 27. Entretanto, em Instalações 62,3% não adotam o CPC 27, em Móveis e Utensílios 64,3% não adotam o CPC 27 e em Veículos 60,26% não adotam o CPC 27. Cabe lembrar, que empresas que não estimam a depreciação do imobilizado considerando a sua vida útil, o faz segundo as taxas determinadas pela RFB.

Os resultados também mostram que a maioria das entidades opta por não estimar a vida útil do bem, preferindo utilizar as taxas determinadas pelo fisco, isso pode ocorrer devido ao custo, em vários casos há a possibilidade de admitir trabalho ou auxílio externo para estimar a depreciação de um bem, o que requer um maior custo das empresas. Conforme referido por Wink *et al* (2013) em uma análise da depreciação dos bens de diversas empresas listadas na BM&FBOVESPA, mostrou que todas as empresas da amostra necessitaram de auxílio de especialistas externos para a realização da análise de depreciação, para a devida estimação dos itens com base em laudos técnicos.

Segundo Freire *et al* (2012) em um estudo realizado das empresas brasileiras e as dificuldades de convergência, é argumentado que mesmo a contabilidade brasileira sendo totalmente definida e sucinta com a aderência ao IASB, os pontos de divergência entre outros modelos ocorrem, devido as diferenças entre as características e exigências da força de mercado, dos sistemas culturais jurídicos e dos profissionais da área contábil.

4.7 Setores

Além da análise de cada imobilizado nos diferentes níveis de governança, foi realizada uma análise por setores. As 97 empresas coletadas estão segregadas em 8 setores; Bens industriais, Construções e Transporte, Consumo Cíclico, Consumo não Cíclico, Financeiros e Outros, Materiais básicos, Tecnologia da Informação e Utilidade Pública.

A análise é direcionada aos setores que apresentaram maior disparidade em relação à quantidade de empresas que utilizam ou não o CPC 27, de acordo com os 3 níveis de governança e cada imobilizado.

Tabela 14: Quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação no Setor Financeiro

Setor	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado	
	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27
Orientações para a pesquisa						
Edifícios	Nenhuma	100%	33%	67%	83%	17%
Máquinas e Equipamentos	25%	75%	Nenhuma	100%	39,60%	71,40%
Instalações	25%	75%	50%	50%	17,60%	83,40%
Móveis e Utensílios	Nenhuma	100%	Nenhuma	100%	Nenhuma	100%
Veículos	20%	80%	Nenhuma	100%	17,70%	83,30%

Fonte: Elaboração própria

4.7.1 Edifícios

4.7.1.1 Financeiro

Em relação ao setor Financeiro há uma discrepância no novo mercado, pois a maioria das empresas adota o CPC 27, ou seja, 83% das empresas adotam o CPC 27. Nos dois outros níveis a desigualdade foi inversa, no nível 1 100% das empresas não adotam o CPC 27. No nível 2, cerca de 67% das empresas não adotam o CPC 27 (APÊNDICE 4).

4.7.2 Máquinas e Equipamentos

4.7.2.1 Financeiro

Em relação ao setor de Financeiro, há uma discrepância no novo mercado, pois a maioria das empresas não adota o CPC 27, ou seja, 71,4% das empresas não adotam o CPC 27. Essa análise é reforçada no nível 2, pois todas as empresas não adotam o CPC 27, sendo assim 100% das empresas. E reforçada no nível 1, pois a maioria não adotam o CPC 27, ou seja, 75% das empresas não adotam o CPC 27 (APÊNDICE 5).

4.7.3 Instalações

4.7.3.1 Financeiro

Em relação ao setor Financeiro, há uma discrepância no novo mercado, pois a maioria das empresas não adotam o CPC 27, ou seja, 83,4% das empresas não adotam o CPC 27. Essa análise é reforçada no nível 2, pois metade das empresas não adotam o CPC 27, sendo assim 50% das empresas não adotam o CPC 27. E reforçada no nível 1, pois a maioria das empresas não adotam o CPC 27, ou seja, 75% das empresas não adotam o CPC 27 (APÊNDICE 6).

4.7.4 Móveis e Utensílios

4.7.4.1 Financeiro

Em relação ao setor Financeiro, há uma discrepância no novo mercado, pois todas as empresas não adotam o CPC 27, sendo assim 100% das empresas não adotam o CPC 27. Essa análise é reforçada no nível 2, pois todas as empresas não adotam o CPC 27, sendo assim 100% das empresas não adotam o CPC 27. E é reforçada no nível 1, pois todas as empresas não adotam o CPC 27, sendo assim 100% das empresas não adotam o CPC 27 (APÊNDICE 7).

4.7.5 Veículos

4.7.5.1 Financeiro

Em relação ao setor Financeiro há uma discrepância no novo mercado, pois a maioria das empresas não adota o CPC 27, ou seja, 83,3% das empresas não adotam o CPC 27. Essa análise é reforçada no nível 2, pois todas as empresas não adotam o CPC 27, ou seja, 100% das empresas não adotam o CPC 27. E reforçada no nível 1, pois a maioria das empresas não adotam o CPC 27, ou seja, 80% das empresas não adotam o CPC 27 (APÊNDICE 8).

4.7.6 Setor Financeiro

Levando-se em conta a análise por setor observou-se que a maioria das empresas do Setor Financeiro e Outros não adotam o CPC 27. Os bancos possuem uma particularidade relacionada à depreciação, pois seguem as regulamentações estipuladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN apresenta o IAS 16 como um direcionamento aos bancos relacionados ao ativo permanente e relata que a situação da norma ainda é parcialmente convergente. O IAS

designa que o método de depreciação das empresas deve ser orientado a partir do consumo do ganho futuro do bem. E a depreciação do bem deve ser ordenada no decorrer da vida útil do ativo imobilizado, e deve ser revisado no final de cada exercício. Há outros procedimentos contábeis aplicáveis às instituições financeiras, como a normatização do Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF 1.11.7, 2012). O COSIF apresenta as porcentagens mínimas anuais para a apuração da depreciação, assim como o prazo mínimo de vida útil. A adesão à porcentagem mínima anual de depreciação é discrepante ao que estipula o IAS, pois não é aceitável nessa regulamentação. Sendo assim, atribuída a desvalorização do bem de forma ordenada à vida útil do ativo (IAS 16).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo é verificar se há diferença estatisticamente significativa entre as empresas listadas nos níveis 1, 2 e novo mercado da BM&FBOVESPA que estimam a taxa de depreciação segundo o CPC 27 e aquelas que ainda utilizam a tabela do fisco. O estudo partiu do pressuposto que não haveria diferença entre as quantidades das empresas que estimam o imobilizado segundo o CPC 27 e as empresas que utilizam a taxa máxima de depreciação, segundo o Fisco. Dessa forma, foi realizada uma análise comparativa entre os níveis de governança.

Ao verificar as proporções de empresas que estimam a depreciação de seus ativos nos três níveis, foi possível observar que a maioria das empresas pesquisadas não adota o CPC 27, sendo que a maior parte das empresas estão no nível 2 e novo mercado. Sendo que o novo mercado se destacou em relação aos demais níveis.

O teste qui-quadrado, de modo geral, indicou que não há discrepância entre as proporções das empresas que adotam o CPC 27 e aquelas que utilizam as taxas determinadas pela RFB. O imobilizado que apresentou significância estatística foi o ativo Veículos.

Na análise por setor foram observados aqueles com maior discrepância nas proporções que adotam ou não CPC 27. Sendo observados os setores de Consumo não cíclico, Construção e transporte e Financeiros e outros. Em todos os níveis observou-se que a maioria das entidades não estima a depreciação, tendo em destaque o setor financeiro e o segmento novo mercado.

O presente estudo se limitou a verificar se havia ou não diferença entre as proporções de empresas que adotam o CPC 27 e aquelas que utilizam taxas pré-determinadas listadas em diferentes níveis de governança corporativa.

Sugere-se em pesquisas futuras que se faça um estudo verificando se existem diferenças na quantidade de empresas que adotam o CPC 27 em outros níveis de governança e comparações com outros imobilizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Fundamentos de contabilidade para os negócios**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 8 ed. São Paulo: UFSC, 2012.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - **BM&FBOVESPA. Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 15 de julho de 2015.

BRASIL, **Lei nº 11.638**, 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

BRASIL, **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários: concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição.

BRASIL, **Lei nº 6404**, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRITTO, Paulo Augusto P.de. **Depreciação Acelerada e Promoção do Investimento**. Confederação Nacional da Indústria, 4.ed. Brasília, 2005.

BRUNI, Adriano Leal. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. LEMES, Sirlei. **Efeito da Convergência das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Internacionais do IASB**. 4º Congresso USP – Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2004.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4.ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. IBCG. São Paulo, 2009. Disponível em: <
http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf > Acesso em 18/11/2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento Contábil nº 27: Ativo imobilizado**. Brasília, 2009.

COSIF -Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro. **COSIF 1107**. Disponível em:<<http://cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nb-1107>>. Acesso em 07/10/2015.

COSTA, Fábio J. C. Leal. **Introdução à Administração de materiais em sistemas informativos**. São Paulo: Edtico, 2012, p. 190.

Da Luz, Érico Eleutérico. **Contabilidade Comercial**. 1. Ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. Disponível em: <<http://uniceub.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301777/pages/-2>> Acesso em 20 jul.2015.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2011.

DORNELLES, Daniel dos Santos. **CPC 27: Os reflexos do no tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado**. Trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ESTEVES, Mário Lucas Gonçalves. **Determinação da vida útil total e valor residual de um bem móvel utilizando a regressão linear**. Santa Catarina: XVII COBREAP, 2013.

EVANGELISTA, D. Teixeira. **Revisão da vida-útil dos bens do ativo imobilizado: impactos contábeis e tributários**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Trabalho de conclusão de curso, 2010.

FREIRE, Mac D, *et al.* **Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras**. Revista de contabilidade e Organizações, vol. 6 n.15, 2012.

FREIRE, Mac D.; Machado, Lúcio S.; Oliveira, Johnny J.; Machado, Michele R.; Souza, Emerson S. **Aderência às IFRS por parte de Empresas Brasileiras listadas na BM&F Bovespa, no Setor de Bens Industriais – utilização de taxas de depreciação fiscais ou por estimativa de vida útil econômica dos bens do Ativo Imobilizado**. São Paulo:12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012

FRANCISCHINI, Paulino G; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: Pironeira Thomson Learning, 2004, p. 285.

GUIMARÃES, Adriano Dutra. **Estudo Comparativo entre os métodos de depreciação e valor de mercado da frota de veículos de uma empresa comercia de Florianópolis**. Florianópolis. UFSC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAS – InternationalAccountingStandars.-**IAS 16 - Imobilizado**, de 1 de janeiro de 2011.

Interpretação Técnica - **ICPC 10 – Interpretação sobre Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos. CPCs 27, 28, 37 e 43**. Brasília, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de. MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMOS, Wellington Pierre. **Ativo Permanente Imobilizado nas Empresas Industriais**. Rio de Janeiro, 2003. Universidade Candido Mendes.

LUNA, F. Bráulio. **Seqüência Básica na Elaboração de Protocolos de Pesquisa**. São Paulo; Arq. Bras. Cardiol, v.71. n.6, 1998.

MATOS, Eduardo Bona S, *et al.* **Convergência Internacional: análise da relação entre o processo normativo E a composição dos membros do IASB**. UNB/UFPB/UFRN, pós graduação, p.88, 2013.

Muller, Aderbal Nicolas. **Contabilidade básica: Fundamentos Essenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <http://uniceub.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051077/pages/_5> Acesso em: 21 de mai. 2015.

NETO, Alexandre Assaf. **Depreciação: Conceitos, aspectos e descapitalização**. São Paulo: Revista de Administração IA- USP. Vol. 15. 1990.

NETTO, Eduardo José. **Como desenvolver uma visão sobre a administração brasileira**. São Paulo: Nobel, 1999.

Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº3.470, de 28 de Novembro de 1958**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L3470.htm>. Acesso em 8 de setembro de 2015.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003

ROGERS, Steven. **Finanças e estratégias de negócios para empreendedores**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, p. 89, 2011.

ROGES, Pablo; SECURATO, José Roberto; RIBEIRO, Kárem Cristina de Souza. **Governança Corporativa, Custo de Capital e Retorno do investimento no Brasil**. Revista de Gestão USP. São Paulo, v.15, jan-mar, 2008.

ROSS, Stephen A, *et al.* **Fundamentos de administração financeira**. 9 ed. Porto Alegre: AMGH, p.331, 2013.

Secretaria da Receita Federal. **Sistema Normas: Gestão da informação**. Instrução Normativa SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1988<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15004>> Acesso em 22 de julho de 2015.

Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Depreciação Acelerada**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr374a378.htm>>. Acesso em 8 de setembro de 2015.

Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Depreciação de Bens do Ativo Imobilizado**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr360a373.htm>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

SILVA, Halan J, *et al.* **Ativo Imobilizado: um estudo exploratório**. V. 4. Revista Científica Indexada Linkania Júnior - ISSN: 2236-6652, 2014.

SILVA, Edna L.; MENEZES Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

TELLES, S. Valentim. **Divulgação da informação contábil sobre a depreciação: O antes e depois da adoção das IFRS**. São Paulo: Pós-graduação em controladoria e contabilidade, 2013

TONNERA, Anderson. **Governança Corporativa: o caminho para a profissionalização organizacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ag. Books, p.9, 2013.

WINK, Eduardo, *et al.* **Evidenciação das contas do ativo imobilizado: um estudo em empresas listadas na BM&BOVESPA**. Goiânia, Pontifícia Universidade Católica do Goiás. v.40, 2013.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 1.

Apêndice 2 - Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 2.

Apêndice 3 - Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 3.

Apêndice 4 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Edifícios por setor.

Apêndice 5 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Móveis e Utensílios por setor.

Apêndice 6 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Instalações por setor.

Apêndice 7 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Máquinas e Equipamentos por setor.

Apêndice 8 - Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Veículos por setor.

Apêndice 1 – Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 1.

Apêndice 1 – Tabela das taxas de depreciação das empresas inseridas no nível 1.

Empresas	Taxas de depreciação				
Nível 1	Edifícios	Maquinas e Equipamentos	Instalações	Moveis e Utensílios	Veículos
Alpargatas	4%	8%	x	10%	15%
Bco Pan	4%	x	x	10%	20%
Bco Estado RS	4%	x	10%	10%	20%
Banco Industrial e Com	4%	10%	x	x	20%
Bradesco	4%	10%	10%	x	20%
Braskem	3,38%	7,29%	x	10,82%	19,91%
Cia Fiação e Tecidos	2,20%	2,27%	2,27%	3,31%	17,14%
Cespe - CompanEnerg. SP	1,80%	1,00%	x	8,70%	2,40%
Copel -Cia Paranaense de Energ.	3,33%	6,25%	x	6,20%	14,29%
Eucatex	2,68%	5,98%	5,98%	5,36%	13,06%
Febrasa	4%	10%	x	10%	20%
Inepar	4%	10 %	x	10%	2 a 14%
ItaúSA.	4%	10%	10%	10%	10%
Itaú Unibanco	4%	x	10 %	10%	x
Cia Brasileira de Distribuição	2,50%	9,17%	7,88%	10,21%	21,52%
Randon	2%	6,70%	x	7,70%	10%
Paraná Bco	4%	10%	x	x	x
Suzano Papel	4,66%	5,24%	x	x	x
CTEEP	x	6,44%	x	6,25%	31,50%
Usinas de MG	4%	5%	4%	16%	20%

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 2 – Tabela da taxa de depreciação das empresas inseridas no nível 2.

Nível 2	Taxas de depreciação				
Empresas	Edifícios	Maquinas e Equipamentos	Instalações	Moveis e Utensílios	Veículos
Alupar	4%	4%	x	8%	17%
Celesc	X	14,30%	x	6,30%	14,30%
Contax	7%	x	22,03%	12,50%	x
BCO Daycoval	4%	10%	10%	10%	20%
Gol	X	10%	10%	10%	20%
Klabin	2,86 a 3,33%	10%	x	x	x
Marcopolo	2%	8,30%	x	8,30%	20%
Multiplan	2,72%	10%	11,66%	x	x
Banco Pine	X	x	20%	10%	x
Renova Energia	3%	10%	x	10%	20%
Santos	X	10%	10%	10%	20%
Banco Sofisa	4%	10%	10%	x	20%
Taesa	4%	4,50%	x	11%	24%

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 3 – Tabela da taxa de depreciação das empresas inseridas no novo mercado.

Novo Mercado	Taxas de depreciação				
Empresas	Edifícios	Maquinas e Equipamentos	Instalações	Moveis e Utensílios	Veículos
Abril educa	3%	20%	20%	10%	33,33%
Gaec Educação	x	10%	10%	10%	20%
Arezzo	x	10%	10%	10%	20%
Arteris	4%	x	10%	10%	x
BM&FBOVESPA	2,50%	x	10%	10%	x
BrasilBrokers	x	10%	10%	10%	20%
Brasil Pharma	x	x	10%	10%	20%
BB	4%	x	x	x	20%
Brf	3%	5,86%	3,81%	7,96%	18,61%
Brasilagro	18%	11%	11%	10%	18%
CCR	18%	17%	18%	12%	21%
CCX Carvão	x	10%	x	10%	x
Cetip	8,20%	12,70%	x	x	20%
Cielo	x	10%	10%	10%	20%
Cosan ind. E com	4%	10%	10%	10%	20%
Cosan logística	4%	10%	10%	10%	20%
Cyrela	2 a 2,7%	x	x	10%	x
CyrelaBrazil	x	10%	10%	10%	20%
Diagnostico da América	4%	12%	10%	11%	20%
Direcional Engenharia	x	10%	x	10%	20%
Duralex	4%	7,50%	7,50%	10%	20 %
Ecorodovias	4,70%	11%	9,50%	8%	17,90%
Embraer	4%	11,80%	8,90%	13,60%	19,60%
EPD- Energias do Brasil	6,25%	12,56%	x	6,25%	14,29%
Eneva	4%	7%	x	10%	20%
Eternit	4%	8,60%	10%	10%	20%
Even	x	10%	10%	10%	x
Estácio Participações	1,67%	8,33%	8,33%	8,33%	x
Fleury S.A	2%	8%	10%	10%	x
Gafisa S.A	X	10%	X	10%	20%
Helbor Empreendimentos	x	10%	10%	10%	20%
Iochpe Maxion	5,56%	7,84%	x	7,50%	18,89%
JBS	3,03	6,23%	4,64%	x	9,38%

Linx	4%	10%	10%	10%	20%
Log in logística	4%	7%	10%	10%	20%
Marisa	x	x	10%	10%	20%
Renner	3%	10%	10%	x	20%
M. dias Brancos	2,67%	6,47%	6,58%	9,53%	7,84%
Magazine	x	5%	x	10%	20%
Magnesita	4%	10%	10%	10%	20%
Mafrig	2,77%	7,21%	4,58%	9,19%	13,26%
Mahle Metal Leve	4%	10%	10%	10%	20%
Metalfrio	4%	10%	10%	10%	20%
Mills	4%	x	10%	10%	20%
Minerva	2,30%	7,43%	x	13,75%	7,06%
Odontoprev	x	10%	10%	10%	20%
Ouro Fino	2,58%	6,20%	6,20%	10,21%	22,09%
ParanaPanema	2,20%	8,50%	x	10%	20%
Porto Seguro	2,40%	10 %	x	10 %	20%
Porto Belo	3%	7%	x	10%	X
Profarma	x	10%	x	10%	20%
São Carlos Empreend	3,33%	10%	10%	10%	x
São Martinho	3,18%	6,15%	6,15%	x	6,28%
Ser educacional	4%	10%	10%	10%	6,90%
Sonae Sierra Brasil	x	10%	10%	10%	20%
Springs	2,30%	6,10%	5,20%	9,80%	19,30%
Tarpon Investimentos	x	10%	10%	10%	x
Tempo Participações	x	10%	10%	10%	x
T4F Entretenimentos	x	7%	x	6%	20%
TOTVS	x	10 %	10 %	10%	20%
Tractebel Energia	3,20%	4,10%	X	6,30%	14,30%
Trisul	x	10%	10%	10%	20%
Valid Soluções e Serv.	4%	9,60%	X	10,10%	20%
Vigor	1,67 a 3,33%	10%	4 a 10%	x	20%

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 4 – Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Edifícios por setor

Setor de atuação	Edifício					
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado	
	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27
Bens Industriais	1	1	Nenhuma	1	5	1
Construção e Transporte	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	1	3	5
Consumo Cíclico	1	1	Nenhuma	Nenhuma	1	4
Consumo não cíclico	Nenhuma	1	Nenhuma	Nenhuma	2	9
Financeiros e outros	7	Nenhuma	2	1	1	5
Materiais básicos	2	3	Nenhuma	1	2	1
Tecnologia da Informação	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	1	Nenhuma
Utilidade pública	Nenhuma	2	2	1	1	2
Total	11	8	4	5	16	27

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 5 – Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Máquinas e Equipamento por setor.

Setor de atuação	Máquinas e Equipamentos					
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado	
	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27
Bens Industriais	1	1	Nenhuma	1	1	4
Construção e Transporte	Nenhuma	Nenhuma	2	Nenhuma	8	5
Consumo Cíclico	2	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	4	5
Consumo não cíclico	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	5	9
Financeiros e outros	3	1	3	Nenhuma	5	2
Materiais básicos	1	4	1	Nenhuma	2	2
Tecnologia da Informação	1	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	2	Nenhuma
Utilidade pública	Nenhuma	3	1	3	Nenhuma	3
Total	8	9	7	4	27	30

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 6 – Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Instalações por setor.

Setor de atuação	Instalações					
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado	
	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27
Bens Industriais	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	3	1
Construção e Transporte	Nenhuma	Nenhuma	2	1	7	3
Consumo Cíclico	Nenhuma	1	Nenhuma	Nenhuma	5	3
Consumo não cíclico	Nenhuma	1	Nenhuma	Nenhuma	8	6
Financeiros e outros	3	1	2	2	5	1
Materiais básicos	Nenhuma	2	Nenhuma	Nenhuma	1	1
Tecnologia da Informação	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	2	Nenhuma
Utilidade pública	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
Total	3	5	4	3	31	15

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 7 – Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Móveis e Utensílios por setor.

Setor de atuação	Móveis e Utensílios					
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado	
	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27
Bens Industriais	1	1	Nenhuma	1	3	3
Construção e Transporte	Nenhuma	Nenhuma	2	1	12	2
Consumo Cíclico	1	1	Nenhuma	Nenhuma	6	3
Consumo não cíclico	Nenhuma	1	Nenhuma	Nenhuma	6	6
Financeiros e outros	4	Nenhuma	2	Nenhuma	8	Nenhuma
Materiais básicos	1	3	Nenhuma	Nenhuma	4	Nenhuma
Tecnologia da Informação	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	2	Nenhuma
Utilidade pública	Nenhuma	3	1	3	1	2
Total	7	9	5	5	42	16

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 8 – Tabela da quantidade de empresas que estimam a taxa de depreciação de Veículos por setor.

Setor de atuação	Veículos					
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado	
	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27	Não adota o CPC 27	Adota o CPC 27
Bens Industriais	Nenhuma	2	1	Nenhuma	4	2
Construção e Transporte	Nenhuma	Nenhuma	2	Nenhuma	9	2
Consumo Cíclico	Nenhuma	2	Nenhuma	Nenhuma	4	3
Consumo não cíclico	Nenhuma	1	Nenhuma	Nenhuma	7	7
Financeiros e outros	4	1	2	Nenhuma	5	1
Materiais básicos	2	2	Nenhuma	Nenhuma	3	Nenhuma
Tecnologia da Informação	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	2	Nenhuma
Utilidade pública	0	3	1	3	1	2
Total	6	11	6	3	35	17

Fonte: Elaboração própria